



**“Acordo do Cinturão Verde de Cianorte”:  
o uso da fotografia como fator de denúncia**

**Aida Franco de Lima  
Norval Baitello Jr.**

# “Acordo do Cinturão Verde de Cianorte”: o uso da fotografia como fator de denúncia

## Cianorte’s Green Belt Agreement: photography’s usage as denouncing tool

Aida Franco de Lima \*

Norval Baitello Jr. \*\*

**Resumo:** *Este trabalho é um recorte da dissertação intitulada Duelo de palavras e imagens: o Acordo do Cinturão Verde de Cianorte e a cobertura dos jornais impressos locais e estaduais, defendida na PUC/SP em 2010. Aborda o uso da fotografia, como fator de denúncia, pelos movimentos sociais contrários ao “acordo”. A mídia e a fotografia tornaram-se determinantes para despertar a atenção – e alterar os rumos – para uma negociação que, em troca da doação de uma área verde para o município de Cianorte, permitia o desmatamento e loteamento de outra parte desta área, com prejuízos para o meio ambiente e para a biodiversidade da região.*

**Palavras-chave:** *Cinturão Verde de Cianorte; CMNP; imagens; mídia impressa.*

**Abstract:** *This paper corresponds to a sample from a master’s degree dissertation titled “Duel of words and images: Cianorte’s Green Belt agreement and press coverage of local and state newspapers”, presented at PUC/SP in 2010. It concerns the use of photography as social prosecution factor handled by groups in opposition to the “agreement”. In that context, general media and photography have become crucial to draw attention to – and change the course of – a negotiation process that, in exchange for the donation of a green area in Cianorte, allowed deforestation and subdivision in plots of another part of this area, culminating in damage for the region’s environment and biodiversity.*

**Keywords:** *Cianorte’s Green Belt; CMNP; images; press media.*

\* Graduada em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Especialista em Educação Patrimonial pela mesma instituição. Guia especializada em atrativos turísticos naturais (Senac/Embratur). Mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora de Jornalismo e Propaganda e Publicidade na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG). Integrante do Grupo de Pesquisa Articulações Interdisciplinares. E-mail: aida.francoelima@gmail.com.

\*\* Graduado em Comunicação e Semiótica (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São José do Rio Preto). Mestre em Comunicação e Semiótica (PUC/SP). Doutor em Comunicação (Freie Universität Berlin [FUB], Alemanha). Pós-doutor (Internationales Forschungszentrum Kulturwissenschaften; Universidad de Sevilla; Freie Universität Berlin [FUB], Alemanha). Professor visitante da Sankt Petersburg (SPU) – Rússia. Professor titular do Programa de Pós Graduação e Semiótica da PUC/SP. E-mail: norvalbaitello@pucsp.br.

## Introdução

Este texto, com recortes e ajustes, apresenta resultados da pesquisa que gerou a dissertação de mestrado intitulada *Duelo de palavras e imagens: o Acordo do Cinturão Verde de Cianorte e a cobertura dos jornais impressos locais e estaduais*, defendida em 2010 no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)<sup>1</sup>.

O “acordo” a que o título faz referência foi uma espécie de arranjo político/econômico, relacionado a uma área verde de 542,13 hectares no município de Cianorte (PR), que repercutiu nas mídias locais e estaduais entre 1998 e 2001. A área, pertencente à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), foi transformada em “moeda de troca” numa negociação com o governo do estado. A proposta e objetivo do acordo eram garantir a preservação de uma parte da área (282.371 hectares, somados a outros 28.724 hectares de reserva legal), em detrimento do desmatamento e loteamento de uma outra parte (231.485 hectares). De imediato, Cianorte recebeu da CMNP a escritura relativa aos 282.371 hectares que formaria o atual Parque do Cinturão Verde. Porém, simultaneamente, a CMNP providenciou o desmatamento de aproximadamente outros 200 hectares, interrompido após liminar da Justiça, mobilização social e cobertura midiática.

Para compreender o episódio, é imprescindível elencar os agentes sociais nele envolvidos direta ou indiretamente. Em princípio, as matas do denominado Cinturão Verde de Cianorte – assim batizado porque antes ladeava a cidade, transformadas no centro das atenções e motivo da disputa. Trata-se de uma área de grande extensão, com pedaços de floresta nativa (mata atlântica) e trechos assolados pelos problemas que os limites da cidade evocam. Na sequência, a proprietária das terras, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), empresa que, nas décadas

---

<sup>1</sup> A pesquisa foi parcialmente financiada, durante um ano, por uma Bolsa de Estudo da CAPES/PROSUP.

de 30, 40 e 50, com a antiga denominação de Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), foi a responsável pela colonização de grande parte do norte do estado.

O terceiro agente do enredo é representado pelo Estado do Paraná, na figura do IAP – Instituto Ambiental do Paraná, órgão que faz parte da SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Outros agentes sociais que integram o episódio são a Prefeitura Municipal de Cianorte (PMC) e a Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte (Apromac). Posteriormente, surgiu mais um agente social, um grupo independente, que se autodenominou Amigos do Cinturão<sup>2</sup>, formado por profissionais autônomos insatisfeitos com o resultado do “acordo” e que provocou uma mudança em seus rumos. Também estiveram diretamente envolvidos a Câmara dos Vereadores e a Promotoria Pública de Cianorte.

## A mata como moeda de troca

A CMNP, detentora legal das terras, há décadas vinha pleiteando junto ao IAP a derrubada da mata. Antes que tal autorização acontecesse, sucessivos problemas ocorreram no local e foram usados como justificativa ao pedido. Dentre eles, o mais visível e danoso era o fogo. Enquanto as negociações para a derrubada da mata transcorriam, via ofícios e reuniões, a fumaça ampliava seu raio de ação nos contornos da área, denunciando um esquema predatório de eliminação contínua dessa vegetação. E não havia um responsável a ser punido por tais danos, pois a culpa sempre foi atribuída à comunidade, saída conveniente para justificar o desmatamento

---

<sup>2</sup> O grupo era formado pelos pedagogos Leonir Borges (mestre em Fundamentos da Educação pela Universidade Estadual de Maringá e doutorando em Educação, pela mesma instituição, quando do depósito da dissertação), Ademir Lazarini (doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da UEM), Frederico Fonseca da Silva (engenheiro agrônomo, doutor em Irrigação e Meio Ambiente e professor do IFPR), Alcides Marcos Codolo (engenheiro agrônomo e jornalista, auditor Ambiental pela Treccson/FGV e especialização em Comunicação Comunitária pela UEL) e Aida Franco de Lima (jornalista, mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP e professora da PUC/MG).

legalizado. A área foi sentenciada por constantes incêndios, despejo de lixo, depredação da flora e da fauna, e utilização do local para “desova” de objetos furtados, uso de entorpecentes e atos considerados ilícitos ou imorais. Não havendo como punir a coletividade, a punição recaía única e exclusivamente sobre a natureza.

Simultaneamente, o calendário mudava e grupos políticos se alternavam no poder municipal. Porém, independente do grupo que detinha temporariamente o poder, nenhuma medida foi votada ou ação específica implantada para a preservação das matas.

No ano de 2000, a administração pública do município estava a cargo do então prefeito Flávio Vieira (PFL). No dia 25 de março, o jornal local *Tribuna de Cianorte* divulgou um *release* e uma matéria, anunciando que Cianorte ganharia um parque doado pela iniciativa privada. Ambos – *release* e matéria – sugeriam aos leitores o ganho ambiental de uma área de 282.371 hectares, mas omitiam que, em contrapartida a esta “doação”, havia um “acordo” que permitia o desmatamento de outros 231.485 hectares. O anúncio da doação de parte da mata, ocorrido em palanque público, culminou nas vias judiciais da federação, pois o juiz local se manifestou “incapaz” de julgar uma ação de tamanha magnitude.

A relevância do tema – e seu encaminhamento para instâncias superiores – justifica a atitude do juiz local, pois se tratava de um evento ocorrido em uma reserva de significativo valor ambiental, cultural e econômico. Mesmo se tratando de propriedade privada, a mata era de interesse coletivo e a cobertura e influência da mídia foi salutar no desenrolar do episódio.

Porém, talvez o mais intrigante seja ressaltar que todas as instituições jurídicas, uniram-se em torno de um único objetivo: selar o acordo, subestimando quem mais sofreria com seus impactos: a sociedade e o meio ambiente. Diante disso, a coletividade, por meio da Associação de Moradores dos Seis Conjuntos, começou a interferir no processo. Mais: a sociedade passou a pautar a mídia. Isso se tornou um fator relevante, pois, até então, a mídia apenas absorvia e divulgava as informações dos que coordenavam a negociação. Essa interferência e esse “eco de vozes”,

antes silenciosas, evidenciam o quanto grupos sociais podem alterar os rumos de ações pré-determinadas, desde que utilizem canais adequados. Entendam-se canais como elementos da mídia que ajudam a repercutir fatos isolados e que, conforme a proporção, são capazes de mudar o *establishment*.

## Mobilização popular

Imediatamente após o anúncio, em praça pública, da viabilização do acordo, as máquinas iniciaram a derrubada das matas. Este fato instigou a pesquisadora, coautora deste trabalho, a se deslocar até o local do desmate para fotografar a área e, assim, conservar em imagem o que estava sendo devorado pelas máquinas que trabalhavam em ritmo acelerado, noite e dia. Uma moradora declarou que estava inconformada, assim como outros, com a derrubada da área verde. Alguns declararam que foram “pegos de surpresa” com a informação de que Cianorte havia ganhado o Parque do Cinturão Verde, sem que fosse mencionado que parte das matas seria eliminada.

A partir de então, um grupo se formou em torno da ideia de divulgar o caso para que a sociedade tomasse conhecimento da situação. Os integrantes do grupo Amigos do Cinturão não tinham – e não têm – vínculos políticos com os segmentos de situação ou oposição. Simplesmente acreditavam que deviam impedir o avanço das máquinas, já que não sabiam até onde elas iriam. Também se mostravam contrários ao que denominaram “tese da capoeira”. O jornal *Tribuna de Cianorte* – veículo de divulgação oficial do município – havia divulgado que a cidade ganharia uma área verde, enquanto outra, tomada apenas por capoeiras, seria desmatada para loteamento.

Como a *Tribuna de Cianorte* era o veículo de situação, aos Amigos do Cinturão não restavam dúvidas de que o jornal que alocaria as denúncias de desmatamento oriundas da sociedade seria o jornal de oposição, a

*Folha de Cianorte*. Nenhum outro veículo de comunicação da cidade teve, num primeiro momento, interesse em confrontar a administração, que repartia o bolo publicitário e distribuía fatias aos outros jornais, emissoras de rádio e retransmissora local de televisão.

## Sob o domínio da CMNP

Não casualmente, o nome de Cianorte é uma corruptela de Companhia de Terras Norte do Paraná (Cia. Norte), empresa de origem inglesa que, por volta de 1925, deu início ao processo de colonização do norte do Paraná. Mais tarde, comprada por brasileiros, teve seu nome original alterado para Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. A cidade foi escolhida como sede central para as famílias dos então sócios proprietários da empresa colonizadora, justamente por estar centrada em uma região com solo formado pelo arenito caiuí, o que a diferencia das demais cidades da região, de solo composto por terras vermelhas. Cianorte está próxima dos “pés vermelhos”, mas não o é. Visualmente falando, isso a torna uma cidade “limpa”, quando comparada com suas vizinhas.

As matas preservadas teriam por função manter a estabilidade climática do lugar para seus privilegiados moradores. As áreas verdes que sobreviveram ao longo do tempo são remanescentes da Mata Atlântica Semidecidual. Na década de 80, por circundar grande parte da cidade, a área foi batizada de Cinturão Verde de Cianorte, que, dentre outras espécies, ostenta a peroba rosa (*Aspidosperma polyneuron*). Conforme Ziller<sup>3</sup>, faz-se necessário salientar que o município de Cianorte está dentro de uma área definida pelo Ministério do Meio Ambiente e Recursos

---

<sup>3</sup> Sílvia Renate Ziller é doutora em Engenharia Florestal e fundadora e presidente do Instituto Hórus de Desenvolvimento e Conservação Ambiental (<http://www.institutohorus.org.br>), que trabalha diretamente na prevenção, controle e combate de espécies exóticas invasoras, e tem por missão desenvolver alternativas de conservação ambiental e integrá-las aos processos de desenvolvimento econômico e social, aos sistemas de produção e à rotina da sociedade. Comunicação pessoal. Entrevista concedida por email a emaildaaida@gmail.com, em 25 de maio de 2009.

Hídricos (MMA) como de “Alta Importância Biológica”, e que o fato de a peroba rosa estar contida no Cinturão Verde e fazer parte da “Lista Vermelha de Plantas Ameaçadas de Extinção do Estado do Paraná” (SEMA/GTZ, 1995) incide na necessidade ainda maior de não apenas preservar a área, mas também de se aprofundar pesquisas sobre ela.

Segundo Dean (1996), houve um rápido crescimento da população humana nas áreas de mata atlântica na primeira metade do século XX. Esta foi, segundo o autor, a principal causa da acelerada destruição florestal. Em apenas 50 anos, de 1900 a 1950, a população do Sudeste, inclusive a região da floresta latifoliada do Paraná, saltou de sete para 22 milhões de habitantes. Nesse período, enquanto a população do Brasil triplicou, a de São Paulo quadruplicou e a do Paraná cresceu quase seis vezes e meia. Com toda essa expansão, a floresta tornou-se alvo fácil. A fim de saciar as necessidades domésticas e industriais, a população exercia pressão cada vez mais intensa sobre a floresta para uso comercial, cotidiano, de recreação e transporte.

Com o passar dos anos, a maneira de explorar a terra – até então dividida em grandes latifúndios – foi transformada de modo significativo. Grandes áreas foram transformadas em lotes menores, vendidos “à prestação” aos interessados de pouco poder aquisitivo. Essa modalidade de terras (lotes), com essa característica de venda (a prazo, em parcelas mensais) se tornou comum nas regiões norte e oeste do estado do Paraná.

Ainda de acordo com Dean (1996), foi nesse cenário que surgiu a mais conhecida empresa privada colonizadora da região, a Companhia de Terras Norte do Paraná, que passou a ser respeitada e admirada. Seus sócios, liderados por Simon Fraser (o Lorde Lovat), adquiriram 515 mil alqueires paulistas de terras, entre 1924 e 1927, diretamente do governo do estado do Paraná, de proprietários presumidos e de ocupantes. Para garantir a posse das terras, a CTNP formou um agrupamento de força policial privada. A Companhia estendeu uma via férrea ao longo dessa vasta propriedade, planejando e estabelecendo uma vila a cada cem quilômetros. Vendeu milhares de lotes rurais, supostamente adequados para o café, a pequenos produtores

esperançosos, até ser obrigada – pelo falido governo britânico – a vender a empresa a capitalistas brasileiros, durante a Segunda Guerra Mundial, e repatriar os valores para Londres.

Em entrevista a Steinke e Bortolotto (2008), o pesquisador Nelson Tomazi trata da reocupação de parte do território do estado do Paraná, mais especificamente a que se refere à parte norte, pela CMNP. Durante sua ocupação, a empresa adquiriu terras na região, ainda considerada “sertão”, “mata virgem”. Mas, para Tomazi, há uma distinção muito clara entre a ocupação e a reocupação. A primeira foi sendo realizada pelos povos indígenas que a ocuparam há centenas de anos. A reocupação, esta sim, foi fruto das intervenções ocorridas no início do século XIX, com o intuito de transformar a terra em bem de capital. Com isso, então, teve início o retalhe e comercialização do norte paranaense.

Todas estas terras foram consideradas ‘vazias’ em vários discursos, como o da própria CMNP, e pelas demais companhias, que promoveram as (re)ocupações no Estado do Paraná. O mesmo discurso é percebido por Tomazi em inúmeros panfletos publicitários, jornais e revistas, bem como no discurso oral de parte da população que ocupou a região, colaborando na construção da idéia de ‘vazio demográfico’. Da mesma forma, em tal discurso estão presentes a criação de alguns mitos como a região como o ‘El Dorado’, no qual as pessoas podiam adquirir terras a baixos preços e enriquecer rapidamente, o discurso que coloca o ‘pioneiro’ como um herói mítico que derrubou a floresta e transformou a paisagem em um sistema produtivo dentro dos moldes capitalistas. Tais discursos são bastante comuns nos relatos da época e mesmo ainda nos discursos atuais. (STEINKE; BORTOLOTTI, 2008, p.6).

## Uma terra boa na fotografia

O discurso do “vazio demográfico” se alia a uma espécie de ausência construída da floresta. Como se sua presença nada significasse, não existisse, e, por isso mesmo, não houvesse perdas a lamentar. Havia uma

omissão intencional da floresta, como Carvalho e Nodari (2008) relatam detectar em jornais da época:

[...] nas propagandas de venda de terras da CMNP, que aparecem no jornal, não se fazia referência à floresta, nem mesmo como fonte de recursos, por exemplo, com a possibilidade de venda da madeira. Havia referências à uberdade da terra e a uma ‘natureza pródiga’, com a qual procurava-se construir uma imagem de paraíso terrestre, que não parece ter sido concebido como um ‘paraíso selvagem’, pois ali a floresta era uma ausência. (CARVALHO; NODARI, 2008, p.7).

Mota, entrevistado por Bortolotto e Steinke (2008), explica que se construiu a ideologia de que esses territórios indígenas estavam vazios, desabitados e prontos para serem ocupados. Em seus anúncios publicitários, a CMNP criava no imaginário popular a concepção de mata ausente. Assim, atendendo aos interesses de quem desejava negociá-la, a mata do Cinturão Verde de Cianorte parecia um lugar caótico, que necessitava de intervenção. A publicidade de venda de terras da “Colonizadora Norte do Paraná S/A”, inclusive, expressava de forma exemplar a apreciação hegemônica sobre o desflorestamento. (CARVALHO; NODARI, 2008).

Boni e Sato (2009) estudaram o uso da fotografia como estratégia publicitária pela CTNP no período da colonização do norte do Paraná, abordando como ela divulgava, em outros estados e países, seu ambicioso projeto de colonização da região nas décadas de 30 e 40.

Nesse período, sem emissoras de rádio na região, a colonizadora espalhou agenciadores de terras por outros estados, especialmente São Paulo, Minas Gerais e Bahia, com precários escritos publicitários que ressaltavam a fertilidade das terras vermelhas e destacava que a região estava livre das ‘saúvas’ que, à época, eram consideradas a maior praga do Brasil. Contudo, para atestar a veracidade dos escritos, muniu seus agenciadores com álbuns fotográficos [...]. Apurou-se que, assim como Rio de Janeiro e São Paulo se utilizaram da fotografia para propagandear,

respectivamente, as emergentes cidades “civilizada” e “moderna”, a CTNP também a utilizou para propagar a fertilidade de suas terras, atrair compradores e colonizar o norte do Paraná. (BONI; SATO, 2009, p.245).

De acordo com os autores, a colonizadora fez uso da fotografia para propagandear a fertilidade do solo. Ao fotografar as imensas árvores da região – e ressaltar sua magnitude – a CTNP fazia uma clara alusão à fertilidade e solo e à potencialidade de agrícola das terras.

Assim, perobas-rosa centenárias e, principalmente, figueiras brancas majestosas foram as primeiras ‘garotas propagandas’ do Norte Novo do estado do Paraná, região que abrange, hoje, o território de Londrina a Maringá. O diâmetro dos troncos das figueiras era tão grande, que para abraçá-lo seriam necessários alguns homens de braços esticados e mãos dadas. Tratando da fertilidade do solo e do uso de fotografias para tornar as falas críveis, Arias Neto (1998, p.29) destaca que era necessário ‘ver para crer’ na fantástica fertilidade do solo, que dificilmente em outros lugares se encontra, adequado para qualquer cultura, ou, em outras palavras, uma terra [...] toda chã e muito cheia de arvoredos. (BONI; SATO, 2009, p.255).

O discurso em torno da necessidade de limpar a mata para dar lugar ao progresso, voltou a ocorrer no episódio do “Acordo do Cinturão Verde de Cianorte”, assumido pelo jornal *Tribuna de Cianorte*<sup>4</sup>, em maio de 2000, na matéria intitulada “Moradores falam sobre a retirada de vegetação no Cianortinho”. Nela, o jornal destaca falas de populares que se posicionavam a favor do desmatamento. A maioria expressiva justificava que o que havia no local não era floresta, mas capoeira – termo genérico que significa que a floresta não é primária, mas constituída de espécies pioneiras, sem grande valor comercial ou relevante para a conservação em área anteriormente

---

<sup>4</sup> Com o título “Moradores falam sobre a retirada de vegetação no Cianortinho”, a edição de 7 de maio de 2000 do jornal *Tribuna de Cianorte* entrevistou oito moradores. Apenas um se posicionou contrário à derrubada da mata, ainda assim salientando algum avanço com o desmatamento.

desmatada. Os entrevistados destacavam que a área, sem políticas ou ações conservacionistas, representava um retrocesso, responsável, inclusive, pelo aumento dos índices da violência urbana.

Essa crença aparece refletida no comentário de José Carlos Martins, morador do entorno do Cinturão Verde de Cianorte, em entrevista publicada em 7 de maio de 2000:

Na verdade não tinha mata coisa nenhuma. O que existia aqui na frente da minha casa era só uma capoeira que criava bichos como cobra, aranha, escorpião e outros que constantemente causavam problemas para nós, moradores. Isto sem contar com o problema dos incêndios que todos os anos se repetia, minha casa é de madeira e o Corpo de Bombeiros não conseguia combater todos os focos o que nos deixava com muito medo do fogo. As crianças viviam em perigo, a atenção com elas sempre tinha que ser redobrada devido à constante presença de animais que vinham da capoeira. Com a retirada desta vegetação que já estava castigada esta área poderá ser loteada, o que também vai valorizar os nossos terrenos, com esta iniciativa meus filhos Carlos Henrique, de 3 anos, e Ângela Maria, de 12 anos, terão mais tranqüilidade. Todos nós moradores passamos a ter mais segurança (sic). (MORADORES ..., 2000, p.4).

O depoimento do morador segue o estereótipo de ter a mata, ou o que restou dela, como uma ameaça, um sinônimo de retrocesso. Outros entrevistados citam que a mata serve para abrigar usuários de entorpecentes. Assim, a anomalia social do uso de drogas passa a ser problema da floresta, ou pelo menos, uma responsabilidade atribuída à sua existência. Visto por este prisma, a eliminação do problema do uso de drogas não está em sua essência (variável independente), mas nas circunstâncias que o circundam (variáveis dependentes), como a existência de matas para seu consumo.

O discurso tácito da natureza como entrave é respaldado com palavras como “tranqüilidade” e “segurança”. Nas falas dos entrevistados, o problema do fogo é salientado. E a eliminação da

mata se torna motivo de comemoração como solução para o fim dos incêndios e queimadas.

A decisão da CMNP de deixar reservas florestais atendia ao conceito mundialmente conhecido de “Cidade Jardim” e objetivava transformar Cianorte em uma estrutura física atrativa para a reprodução do capital e que imprimisse uma imagem de bem estar e de qualidade de vida a seus habitantes. Ao falar do planejamento da cidade, Vasconcelos, Rego e Simões (2008, p.4) destacam que:

Resultou-se, então, em uma planta com características modernas, em que o traçado geométrico e zoneamento foram articulados de modo preciso, preservando áreas de mata nativa destinadas à implantação de parques urbanos – cinturão verde.

Conforme Dean (1996), a CMNP – antecipando o Código Florestal Brasileiro – exigia que os compradores de seus lotes mantivessem 10% (dez por cento) de suas áreas com cobertura florestal. No entanto, não existem evidências de que a colonizadora impusesse e fiscalizasse essa cláusula contratual. Nos anos de 1975 e 1981, ela própria desmatou duas grandes áreas não vendidas, que totalizavam 140 km<sup>2</sup>, para a formação de pastos e plantio de cana-de-açúcar. A área verde que sobrou no município passou a ser conhecida como “Cinturão Verde de Cianorte”, com rica biodiversidade.

A análise do episódio do “Acordo do Cinturão Verde de Cianorte”, por meio de jornais do período, aborda as imagens formadas a partir dos textos e dos discursos objetivos ou subliminares, além, evidentemente, das imagens propriamente ditas. Ao final da análise ficou evidente a tentativa de “vender” um conceito e uma circunstância que não necessariamente correspondiam à realidade. Na outra ponta do processo, o da recepção, a forma idiossincrática como essa “imagem” foi recebida, interpretada e assumida como postura esteve muito atrelada ao nível cultural e à capacidade crítica de cada cidadão cianortense. Estes ingredientes foram importantes para sentenciar a magnitude do ato “iconofágico” do episódio.

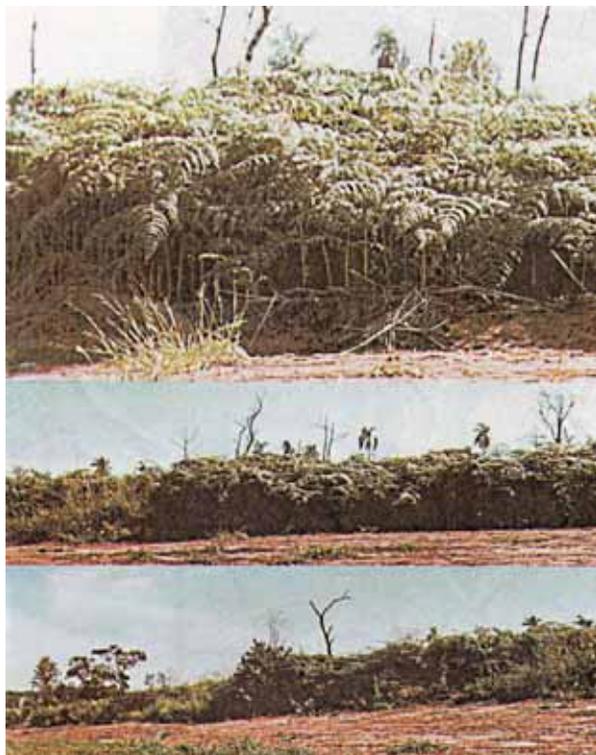
## A imagem como instrumento de (des)informação

Não há como negar os méritos da Apromac mediante seu idealizador, Eleutério Langowski, que tem uma história dúbia: além de fundador e presidente da associação, ele simultaneamente ocupava cargo no IAP. Por outro lado, sempre defendeu publicamente seu interesse na efetivação do Parque. Além disso, aquela ONG se incumbiu de publicizar seus próprios méritos, mas a versão final da história reza que a CMNP doou a mata para ser transformada em parque. Não se encontram nos bastidores e não se acham nas entrelinhas os trâmites para se chegar a tal “doação”. Há uma omissão sobre a área que a CMNP desmatou durante a vigência do “acordo”.

Ao abordar o caso do Cinturão Verde de Cianorte, um dos conceitos utilizados foi o de iconofagia, elucidado por Baitello Jr (2005) como o ato de devorar ou ser devorado pelas imagens.

Isso significa que as proporções da hipertrofia da imagem são bastante assustadoras. De outra maneira, percebe-se uma saturação, é recorrente em tudo que há em excesso. Para Baitello Jr (2005), um exemplo dessa saturação é que, há 50 anos, apenas um *outdoor* seria suficiente para chamar e prender a atenção de transeuntes e motoristas. Hoje, para causar o mesmo efeito e exercer a mesma influência, seriam necessários mais de 1000 *outdoors*.

No episódio do Cinturão Verde de Cianorte, a relação é com a tentativa de fixar uma imagem que não conotava com a realidade. Pretendia-se projetar no imaginário popular apenas a ideia do ganho de uma área verde, omitindo-se que outra área verde seria desmatada. Tão logo iniciaram as derrubadas, os defensores do “acordo” divulgaram fotografias estratégicas de regiões consideradas menos nobres. Na realidade, não se tratava de uma doação da CMNP, mas uma troca que previa a entrega de uma parte da mata para o município, em detrimento de autorizações municipais e estaduais para que a CMNP efetuasse o desmate e posterior loteamento.



*Figura 1 - Fotografia divulgada para mostrar a área a ser desmatada  
Fotografia: Eleutério Langowski  
Fonte: Lagowski (2000, p.36)*

Com imagens semelhantes à da figura 1, os autores do acordo esperavam convencer a população de que as áreas a ser desmatadas não tinham valor ambiental, pois eram cobertas por vegetação de porte raso, nada comparado às imagens divulgadas para ressaltar a exuberância da área que seria doada e preservada.

Segundo declarações do chefe do IAP, João Toninato, ‘as negociações obedeceram a um único propósito: o não desmatamento das áreas consideradas essenciais para a preservação do meio ambiente’. Ele informou também que as áreas onde o desmate foi autorizado, foram vistoriadas por técnicos do instituto. Toninato afirma que a área a ser transformada em

loteamento está coberta apenas por vegetação rasteira. ‘Será um descapoeiramento e não um desmatamento’, disse. Segundo informações do IAP, a Promotoria de Justiça também participou das vistorias e tudo foi comprovado. (NUNES, 2000, p.15).

Na sequência, as imagens e afirmações dos interessados no “acordo” foram questionadas pelo movimento Amigos do Cinturão, que ilustrou suas denúncias com fotografias de árvores nativas tombadas e de manifestações em vias públicas. Com essa reação, teve início um duelo iconofágico, com o uso ostensivo de imagens que pretendiam “fisgar” a audiência para discursos de conotações opostas. A sociedade ficou refém de um bombardeio de imagens, no qual cada lado procurava impor suas ideias e defender seus interesses, comerciais ou preservacionistas.



*Figura 2 - Fotografia divulgada para denunciar o dano ambiental*

*Fotografia: Aida Franco de Lima*

*Fonte: Acervo pessoal da fotógrafa*

Em artigo publicado na *Folha de Cianorte*, jornal contrário ao acordo, um dos integrantes do grupo Amigos do Cinturão fez uma reflexão das áreas de desmate:

Alegar que a área a ser devastada aqui em Cianorte é um local de ‘capoeira’ é uma inverdade utilizada para respaldar a futura exploração imobiliária naquele setor da cidade. Dizer que a prefeitura receberá uma outra área em troca dessa que está sendo destruída é procurar dar legitimidade superficial ao que em essência é ilegítimo. Pior ainda é a alegação de que a população das áreas próximas apóia tal destruição, pois a ‘falta de consciência do povo’ faz com que ocorra acúmulo de sujeira no local. Levar tal argumento às últimas consequências é incorrer no raciocínio que um paciente em estado patológico precisa morrer e não ser curado. (LAZARINI, 2000, p.4)

A pesquisadora Marie-José Mondzain (2009, p.20) questiona o poder atribuído a uma imagem.

Pode a imagem matar, pode uma imagem levar a matar? É possível atribuir-lhe uma realidade tal que possamos dizê-la culpada ou responsável pelos crimes e delitos que, enquanto objecto, ela não pode ter cometido? De que acto é uma imagem capaz? Objecto sem corpo, sem mão, sem vontade, pode ela agir como a magia de uma influência? Ouvir histórias de lobos ajuda-nos a dar forma aos medos e aos fantasmas indizíveis que povoam os nossos pesadelos, ou seja, superá-los?

A própria autora afirma que não pretende responder a tais questionamentos, mas lançar luzes e ideias para reflexões a respeito do poder da imagem. Rucht (2002), por sua vez, lembra que é papel legítimo de jornalistas e cientistas sociais compactar constelações complexas em designações sintetizadoras. E diz não ser surpresa quando os cientistas sociais – dependendo de sua perspectiva específica – servem as sociedades ocidentais contemporâneas com “etiquetamentos” sempre novos.

Nesse contexto, Rucht (2002) menciona as estratégias utilizadas pelos movimentos sociais para repercutir seus propósitos e o verdadeiro emaranhado de opções que precisam ser definidas como uma espécie de estratégia de guerrilha, visto que apenas protestar não é o suficiente. Fundamental, segundo o autor, é fazer que esse protesto seja extravasado nas mídias, de modo geral.

No episódio aqui relatado a mobilização popular provocou uma reviravolta no caso. Em princípio, tudo levava a crer que não haveria nada que impedisse a CMNP de continuar o desmate, pois tinha o aval das maiores autoridades ligadas ao assunto. Outro fator que soava como impedimento relacionava-se ao distanciamento físico da população com as áreas desmatadas, sendo que o impacto da derrubada da mata era vivenciado apenas pelos transeuntes e moradores do entorno. Porém, quando as fotografias de áreas devastadas ganharam campo nas páginas dos jornais e quando a televisão pautou o assunto, a opinião pública forçou as autoridades judiciárias e do Executivo a suspender o acordo, evitando o prosseguimento da derrubada das matas, situação mantida até 2010. Em entrevista, Baitello Jr (2007, p.3) ressalta:

As imagens possibilitam, em um piscar de olhos, a captura de uma realidade, de um fato, de um momento que levaria pelo menos 20, 30, 50, às vezes 100 vezes mais do que se fôssemos ler sobre aqueles fatos. Então, a imagem faz parte de um processo de aceleração da vida e do processo de aceleração da comunicação. Ela possibilita colocar mais coisas em menos tempo, ela possibilita congestionar o oceano de nossos olhos. Congestionar a nossa visão e a visão congestionada, deixamos de enxergar. A gente não vê mais nada, só vemos o próprio congestionamento.

É perceptível que a mobilização em Cianorte se deu em virtude de um foco específico, com o apoio de várias instituições – associações de moradores, escolas e sindicatos – e profissionais liberais em torno de um objetivo comum. Na sequência, quando o caso rumou para um desfecho, os atores sociais saíram de cena. Mas é importante frisar que foi a mobilização social, utilizando de estratégias midiáticas, que possibilitou outro desfecho para o caso do Cinturão Verde de Cianorte. O grupo Amigos do Cinturão forneceu material farto e consistente para que a mídia permanecesse abastecida de *releases*, imagens fotográficas

e informações técnicas e jurídicas, que influenciaram a manutenção do tema na pauta cotidiana, ao longo do episódio.

Tal contexto sugere uma ponte com a definição de Mondzain (2009) sobre dois conceitos básicos em relação à influência que uma imagem pode exercer. Em um primeiro momento, tem-se um processo de fusão entre sujeito e corpo, uma identificação imediata do espectador com a imagem, motivada pela falta de reflexão. Num segundo instante, ocorre o oposto: há um processo em que o sujeito assume uma posição distanciada e enxerga as imagens sob a mediação de um discurso crítico.

A maneira como o conteúdo do episódio foi apresentado conecta-se com o que Mondzain (2009) caracteriza como o primeiro instante de influência da imagem, principalmente pelo fato de que em um dos materiais de divulgação lançados pelos defensores do “acordo”, uma cartilha denominada *Cinturão Verde de Cianorte – Esclarecimentos para o Bem da Verdade*, as áreas preservadas ganhavam ênfase, enquanto as autorizadas para desmate foram menosprezadas.

Porém, uma leitura mais atenta permite ao leitor perceber que, se determinada área foi desmatada e uma faixa contínua que compunha tal mata foi transformada em reserva florestal legal, isso significa que ambas perfaziam um mesmo bioma e, logicamente, seriam passíveis de relevância ambiental.

A imagem que representa o cenário de desmate (Figura 1) alia-se facilmente ao discurso de que se tratam de áreas de menor significado ambiental, fato que não incitaria questionamentos de quem não estava a par da real situação. Um retrato equivocado, que em breve seria traçado por uma perspectiva oposta, com base em um laudo técnico elaborado por professores do departamento de Biologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e reproduzido no jornal *Folha de Cianorte* (Figura 3).



*Figura 3 - Detalhe de chamada de capa da Folha de Cianorte de 21/05/2000  
Fotografia: Aida Franco de Lima  
Acervo: Arquivo pessoal da fotógrafa*

No jornal *O Estado do Paraná*, de 19 de maio de 2000, o resultado do laudo detecta a importância do ecossistema que havia sido desmatado.

No levantamento feito pelos biólogos da UEM foram localizadas árvores com até 20 metros de altura, espécies como angico, canela, cedro, copaíba e guaritá. Eles também listaram 28 variedades de árvores localizadas na área já desmatada e no restante por onde os tratores poderão passar, entre elas a árvore símbolo da cidade, a peroba-rosa. “A presença de folhagens, flores e frutos, nas árvores arrancadas, indicam o vigor que possuíam no momento do corte”, relata o novo laudo. “Uma vez que este impacto já ocorreu, sugerimos a recuperação florestal da área degradada”, consta do relatório que leva a assinaturas dos professores Valdovino Damásio dos Santos, Ismar Sebastião Moscheta e Maria Conceição de Souza. [...] Apesar dos protestos da comunidade e dos dados técnicos descobertos pelos novos laudos, a Prefeitura e a Companhia Melhoramentos tentam anular a decisão judicial que proibiu o desmate. (NUNES, 2000, p.15).

A manchete da *Folha de Cianorte* de 25 de maio de 2000 anuncia: “IAP recua e pede ajuda da UEM para elaborar novo laudo técnico”. (LAUDO..., 2000). A linha fina diz que, mediante a portaria 075/2000/IAP/GP, o alto comando do IAP, em Curitiba, assumiu uma nova posição diante do desmatamento autorizado. A portaria convocou, para a formação de uma comissão multidisciplinar e interinstitucional, os mesmos professores da UEM que emitiram o laudo anterior. A capa (primeira página) é ilustrada com fotografias dos pesquisadores durante coleta de amostras para a realização do primeiro laudo. Na página interna, o texto lembra que a coautora deste artigo foi a responsável pelo convite aos professores da UEM para que realizassem o laudo:

Só depois que a imprensa divulgou que os doutores da UEM tinham visitado as áreas desmatadas é que o IAP lembrou de uma instituição estatal de renome mundial”, critica a jornalista Aida Franco de Lima. [...] Para a jornalista, um dos grandes erros do Acordo foi tratar as áreas negociadas como algo de interesse

restrito a um pequeno grupo, ‘como se a questão ambiental não extrapolasse as fronteiras das instituições e cartas geográficas’. (IAP..., 2000, p.12).

Uma informação não publicada nos jornais da época, e obtida em virtude desta pesquisa, diz respeito à metragem da área desmatada. Conforme Langowski (2010), em entrevista por e-mail, durante a vigência do “acordo” foram desmatados 200 hectares do universo de 231 hectares autorizados para desmate. O restante, mantido em pé, foi transferido para o Cinturão Verde.

De acordo com o entrevistado, após uma década a Ação Civil Pública movida pela Associação dos Moradores dos Seis Conjuntos (de Cianorte) contra a colonizadora foi finalizada com um acordo no qual a CMNP aceitou repassar mais 20 hectares para o Cinturão Verde. O espaço é localizado na saída para Umuarama, em trecho entre as avenidas Maranhão e das Indústrias, além de seis hectares próximos à rodovia, juntos ao Parque Mandhuy. O acordo judicial correu primeiro na Justiça Estadual e, em seguida, na Federal, já que o juiz local se declarou incompetente para julgar o caso. “No ano passado, a CMNP estava ultimando a documentação para passar para o município as referidas áreas. Não sei se já foi concretizado, mas o fato é líquido e certo.” (LANGOWSKI, 2010).

## Considerações finais

Ao refletir sobre o Acordo do Cinturão Verde de Cianorte, com base nos materiais analisados, é possível especular que a mídia é capaz de condenar ou vitimizar, abrir vozes contrárias ou em defesa, vender imagens reais ou distorcidas. Não importa o objeto, pois o que de fato se considera é a linha editorial do veículo. E isso fica mais evidente na imprensa interiorana, normalmente caracterizada por jornais de situação, oposição ou centro. Estabelecido o veículo oficial de divulgação dos editais e atos

da prefeitura, os demais, se não recebem alguma verba pública, normalmente se posicionam na linha de ataque. Esse jogo se reflete necessariamente na linha editorial do veículo que, em síntese, falará muito bem ou muito mal da administração a qual está vinculado ou não. Foi o que aconteceu, nitidamente, no episódio narrado e analisado neste trabalho.

Acredita-se que as partes tinham noção do impacto que o acordo significava, por isso, não o divulgaram na íntegra. Da mesma forma, a CMNP tinha ciência do que significava a sociedade ter conhecimento de que uma determinada área seria desmatada, tanto que, tão logo foi assinado o acordo, a empresa tratou de alocar máquinas para trabalhar dia e noite na derrubada da mata. Utilizaram a técnica de desmatar do centro para as extremidades, no intuito de evitar que a população soubesse o que estava acontecendo de imediato.

Sugere-se aos interessados no tema a realização de uma busca das imagens e materiais informativos realizados pelas emissoras de TV que cobriram o episódio. As imagens em movimento certamente poderiam se transformar em mais um objeto de pesquisa. Outra perspectiva interessante seria o levantamento de informações pelas vias judiciais, tomando por base o processo que emoldura o caso, a saber, que completou dez anos e certamente é formado por amplo conteúdo, importante de ser revelado à sociedade.

Da mesma maneira que o tema desapareceu da mídia, uma parcela da sociedade que acompanhou de perto o episódio ficou órfã de informações que possibilitam uma visão atual do desfecho do caso. Como foi salientando, a intenção foi reavivar informações do passado e provocar um novo olhar para o que restou do Cinturão Verde de Cianorte.

Mídia e meio ambiente são temas imperativos. As sociedades devoram a informação, da mesma forma que estão devorando o mundo que as abriga: a Terra. Nunca se produziu tanta informação, nunca o ambiente foi tão agredido. Importante lembrar que o episódio do “Cinturão Verde de Cianorte” reflete um contexto comum no cenário brasileiro. Esse caso se repete tanto nas pequenas cidades quanto nas metrópoles, quando a questão ambiental se torna empecilho para o avanço da especulação

imobiliária. Do mesmo modo como é comum que as deliberações ocorram sem que a comunidade seja, de fato, consultada e/ou informada.

O episódio também foi paradigmático do ponto de vista do processo de participação na definição de políticas públicas ambientais.

## Referências

BAITELLO JR., Norval. **A era da iconofagia**: ensaios de comunicação e cultura. São Paulo: Hacker Editores, 2005.

\_\_\_\_\_. **O animal que parou os relógios**: ensaios sobre comunicação, cultura e mídia. São Paulo: Annablume, 1999.

\_\_\_\_\_. Devorando Norval Baitello Jr. **Conjecturas & Outras Verdades**, n. 5, 2007. Entrevista concedida aos editores da Revista. Disponível em: <<http://www.conjecturas.com.br/edicao05/cerebrar/norval.htm>> . Acesso em: 10 nov. 2010.

BONI, Paulo César; SATO, Larissa Ayumi. A mídia fotografia como estratégia publicitária da Companhia de Terras Norte do Paraná. In: BONI, Paulo César (Org.). **Certidões de nascimento da história: o surgimento de municípios no eixo Londrina – Maringá**. Londrina: Planográfica, 2009. p.243-267.

CARVALHO, Ely Bergo de; NODARI, Eunice Sueli. A civilização e a barbárie nos jornais: o imaginário do “verde” em cidades de fronteira agrícola no Paraná (1954/2000). **Fênix**: Revista de História e Estudos Culturais, Uberlândia, ano 5, v.5, n.2, p.2-16, abr/jun. 2008.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história da devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

IAP recua e pede ajuda da UEM para elaborar novo laudo técnico.

**Folha de Cianorte**, Cianorte, 25 maio 2000. p.12.

LAGOWSKI, Eleutério. **Cinturão verde de Cianorte**: esclarecimento para o bem da verdade. Cianorte: APROMAC, 2000.

LANGOWSKI, Eleutério. **O Acordo do Cinturão Verde de Cianorte**: revisão dos fatos. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <aida.francodelima@gmail.com> em 26 maio 2010.

LAUDO comprova que desmatamento causou dano ambiental.

**Folha de Cianorte**, Cianorte, 21 maio 2000.

LAZARINI, Ademir Quintilho. Já que é pouco, melhor que acabe: o ‘Cinturão Verde’ em questão. **Folha de Cianorte**, Cianorte, 14 maio 2000.

MONDZAIN, Marie-José. **As imagens podem matar?** Lisboa: Vega, 2009.

MORADORES falam sobre retirada de vegetação no Cianortinho  
**Tribuna de Cianorte**. Cianorte, ano 35, n. 2.782, 7 maio 2000. p.4.

NUNES, Osmar. Laudo técnico condena desmate em Cianorte. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 19 maio 2000. Coluna Noroeste.

RUCHT, Dieter. Sociedade como projeto – projetos na Sociedade: sobre o papel dos movimentos sociais – Civitas. **Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v.2, n.1, p.13-28, 2002.

STEINKE, Rosana; BORTOLOTTTO, Marcelo de Azambuja. Cianorte cidade-jardim: outros olhares. In: SEMANA DE HISTÓRIA/FÓRUM DO PPH, 14., 2008, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, 2008.

VASCONCELOS, Gustavo Bruski; REGO, Renato Leão; SIMÕES, Antonio. **A cidade de Cianorte**: formação e desenho urbano. 2008. Disponível em: <[http://www.dge.uem.br/semana/eixo4/trabalho\\_107.pdf](http://www.dge.uem.br/semana/eixo4/trabalho_107.pdf)> . Acesso em: 20 fev. 2010.

ZILLER, Sílvia Renate. Cinturão Verde de Cianorte. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[emaildaaida@gmail.com](mailto:emaildaaida@gmail.com)> em 25 mai. 2009.